



Uma Publicação do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente de Pernambuco

CORRE CAMPO



UM EVENTO HISTÓRICO

Audiência Pública sobre o IPA lota auditório da Alepe!



“Valeu companheiros! Agradecer a todos que abraçaram a causa dos trabalhadores do Instituto Agrônomo de Pernambuco e lotaram o auditório da Assembleia Legislativa do Estado é nossa obrigação. Foi bonito!”.

Com essas palavras, o presidente do Sintape, Adailton Melo, reconheceu o apoio de todos os que participaram da Audiência Pública na Alepe, em 14 de maio, e lotaram o recinto. O ato foi considerado como um dos mais expressivos registrados pela Casa. Foram sete deputados envolvidos: Socorro Pimentel, Teresa Leitão, Álvaro Porto, Priscila Krause, Augusto César, Júlio Cavalcanti e Rodrigo Novaes, sem contar diversas entidades locais e de outros estados, unidos na defesa dos trabalhadores do Instituto. **Pág.03**

Por maioria, trabalhadores do IPA e Perpart aceitam proposta dos ACTs



Os servidores e empregados do IPA e da Perpart aprovaram em Assembleias, as propostas do governo para os Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) referentes à pauta de 2017, cuja data-base é 1º de setembro. Com a aprovação, os trabalhadores receberão o que foi estipulado na negociação com retroativo a setembro do ano passado. **Pág.04**

Governo assina liberação do Aiaca para servidores e empregados da CPRH



Assinatura aconteceu graças à pressão do Sintape e dos trabalhadores da autarquia, após paralisação de advertência por 24 horas, na quinta-feira, 03/05, com ameaça de greve geral. Autorização foi divulgada no DO de 10/05/2018. **Pág.05**

Diretoria do Sintape visita unidades do interior

De 09 a 30 julho, os diretores do sindicato farão reuniões nas Gerências Regionais e Estações de Pesquisa do IPA.

PÁG.
2

Assembleia aprova contas do Sintape

Assembleia de Prestação de Contas aconteceu no auditório do IPA e todos os registros contábeis foram apresentados aos presentes.

PÁG.
7

SINTAPE em Ação!

Confira as atividades do sindicato no último semestre!

PÁG.
8

Editorial



ADAILTON MELO
Presidente do Sintape

Vivemos tempos tenebrosos em nosso Estado. Segmentos que são essenciais para o desenvolvimento de Pernambuco sendo tratados com total desrespeito por parte do Governo, que tomou uma posição política de governar de costas para agricultura e meio ambiente, sem respeitar os trabalhadores que cuidam dessas áreas, nem tão pouco o que elas representam. Passados quase quatro anos do governo Paulo Câmara, nos cabe fazer uma reflexão: "Qual política de desenvolvimento foi implementada para alavancar a agricultura e proteger o meio ambiente?"

Quando pensamos na Agricultura Familiar, a primeira imagem que nos vem à cabeça é a importância que ela tem na produção de alimentos, na fixação do homem no campo, na geração de emprego e renda, na preservação do meio

DE COSTAS PARA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ambiente e na diversidade da produção. Porém, nada disso parece fazer sentido para o Governo de Pernambuco, que trata o órgão responsável por desenvolver ações de fortalecimento da Agricultura Familiar com total descaso. O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), responsável pela assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária e recursos hídricos, passa hoje por um verdadeiro desmonte, reflexo da falta de investimentos nos últimos anos. Como um órgão com tamanha importância é tratado dessa forma? Só podemos encontrar uma resposta: nem a Agricultura Familiar nem os talhadores que cuidam dela são importantes para esse Governo. Por outro lado, na contramão do que pensa e faz o Governo, sabemos da importância do IPA e de seus empregados para Agricultura Familiar e o desenvolvimento do Estado. É fato, que o agricultor que recebe assistência técnica e extensão rural tem sua renda aumentada em três vezes e que esse serviço organiza a propriedade, leva as políticas públicas, acompanha não só a produção, mas a vida de cada agricultor assistido e em muitos casos é o único agente público com quem o agricultor tem contato. Já a pesquisa agropecuária tem um papel não menos importante na vida do homem do campo. Por muitas vezes, o pesquisador dedica anos de sua vida para desenvolver tecnologias que pos-

sum facilitar a lida diária no campo ou buscar variedades que possam proporcionar um aumento de produtividade ou resistência a determinadas pragas ou doenças. Num Estado que tem marcado na sua história secas que dizimam rebanhos e lavouras, como não dar importância a uma política de recursos hídricos? Esta, por sua vez, responsável pela mitigação dos efeitos da seca e essencial para convivência com o semiárido, com a construção de barragens, barreiros e escavação de poços, obras essenciais para o agricultor sertanejo. Fica claro o descaso do Governo com os trabalhadores quando observamos a defasagem no quadro de pessoal, com necessidade urgente de realização de concurso; as condições de trabalho, com escritórios e estações experimentais sucateados e sem materiais de expediente; as condições salariais vergonhosas, com todos os servidores há três anos sem reposição e mais de dez por cento dos trabalhadores recebendo salário-base abaixo do mínimo.

E o que dizer da atual situação dos companheiros da Perpart no tocante a condições de trabalho e defasagem salarial? Estão em condições similares aos funcionários do IPA.

Uma parcela significativa dos funcionários da instituição, que estão a disposição do IPA e os que estão espalhados à disposição de mais de 70 órgãos no

Estado, estão com mais de trinta anos de atividade/trabalho.

A força de trabalho desses funcionários não está sendo valorizada pelo Governo do Estado, pois muitos recebem abaixo de um salário mínimo. Sem falar no Plano de Cargos, que se arrasta por anos a fio e ainda não está implantando, o qual poderia estar em execução, valorizando os que dedicaram boa parte da vida ativa ao serviço público.

Na política de meio ambiente também não é diferente, pois, com um quadro de profissionais extremamente reduzido e salários defasados a Agência Estadual de Meio ambiente (CPRH), é responsável por todas as ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental do estado. Como os gestores podem fazer o discurso que estão cuidando do meio ambiente, se não cuidam de quem cuida do meio ambiente? A situação é tão gritante que mais de trinta por cento dos que foram chamados no último concurso não assumiram ou já saíram da agência. Isto significa o reflexo de salários baixos e condições de trabalho precárias. É notória a decisão do Governo de jogar os problemas da agricultura e meio ambiente para baixo do tapete tratando com desatenção os trabalhadores e os segmentos, reafirmando a decisão política de governar de costas para agricultura e o meio ambiente.

DIRETORIA DO SINTAPE VISITA UNIDADES DO INTERIOR

De 09 a 30 julho, os diretores do sindicato farão reuniões nas Gerências Regionais e Estações de Pesquisa do IPA.

Este mês de julho será de visita ao interior de Pernambuco, a exemplo do que acontece todos os anos, antes da construção da pauta dos trabalhadores do IPA e da Perpart. No período de 09 a 30, a Diretoria Executiva do Sintape cumprirá um calendário de

reuniões nas unidades espalhadas pelo interior do Estado, nas Gerências Regionais e Estações de Pesquisa do IPA, com os seguintes objetivos:

- 1-Prestar contas do exercício 2017;
- 2-Apresentar as ações do sindicato;
- 3-Construir dois documentos com propostas da categoria

(IPA e Perpart) para apresentar aos candidatos ao Governo do Estado;

- 4-Informar os resultados dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) 2017 da Perpart e do IPA;
- 5-Formatar as Pautas de Reivindicações da Perpart e do IPA referentes à Campanha Salarial 2018 dos servidores das duas instituições.

Durante o período de visita à base, a diretoria do Sintape aproveitará para conversar nas rádios sobre a situação atual em que os funcionários do IPA e da Perpart se encontram.

No dia 02 de agosto, na Sede do IPA e Perpart, no Recife, serão as aprovações da pautas de reivindicações.

Expediente JORNAL CORRE CAMPO

UMA PUBLICAÇÃO DO SINTAPE
Sindicato dos Trabalhadores
Públicos da Agricultura e Meio
Ambiente de Pernambuco.
Fundado em 06 de outubro de 1989.

Jornalista responsável:
Rosângela Araújo - DRT: 1156/98

Projeto Gráfico e Diagramação:
Lee Marvin
leemarvin@outlook.com

Tiragem:
1 mil exemplares

Rua Dr. João Lacerda, 350
Cordeiro - Recife, Pernambuco/BR
CEP 50711-280
Fone: (81) 3445.1648
www.sintape.org.br
www.twitter.com/sintape
contato@sintape.org.br

// Julho de 2018

DIRETORIA:
Presidente: Adailton Severino de Melo **Vice-presidente:** Antônio Fernando da Silva Pinheiro **Secretário:** Antônio Júnior Angelim dos Santos **Suplente de Secretário:** Alberto Jorge Viana da Rocha **Diretor Financeiro:** Antonio A. Fonseca Barros **Suplente de Diretor Financeiro:** Azarias de Assis Moreno **Diretor de Imprensa:** Maria Luciene Luzia Tavares Albuquerque **Suplente de Diretor de Imprensa:** Gutemberg Figueiredo da Silva **Diretor Jurídico:** Regivaldo J. Vitor da Silva **Suplente de Diretor Jurídico:** Carlos Henrique da Costa **Diretor de Esportes:** Claudio José Dias Silva **Suplente de Diretor de Formação e Assuntos Sindicais e Intersindicais:** Aminadable Moreira da Silva

Suplente de Formação e Assuntos Sindicais e Intersindicais: Luiz de Souza Filho **Diretoria de Patrimônio e Filiação:** Romulo dos Santos **Suplente de Diretoria de Patrimônio e Filiação:** Silvânia Maria da Silva.

CONSELHO FISCAL:
Efetivos: 1. Vilma Elias Monteiro (Perpart) 2. Genildo Silva do Nascimento (Perpart) 3. Jailson de Oliveira Araújo (IPA)
Suplentes: 1. Sandra Lúcia de M. Lima (IPA) 2. Carlos Alberto Vilela Barbosa (Perpart)

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O IPA LOTA AUDITÓRIO DA ALEPE

Evento ganhou apoio de deputados e de entidades ligadas aos trabalhadores do campo e à extensão rural no Estado e lotou o auditório da Assembleia Legislativa.



“Valeu companheiros! Agradecer a todos que abraçaram a causa dos trabalhadores do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e lotaram o auditório da Assembleia Legislativa do Estado é nossa obrigação enquanto entidade sindical. Foi bonito! O recinto lotado confirmou o quanto nossa convocação surtiu efeito e o quanto as instituições ligadas à Agricultura Familiar no Estado estão insatisfeitas com a atual gestão do governo estadual e o seu descaso com as políticas de investimento no setor tão importante para o desenvolvimento pernambucano”.

Com essas palavras, o presidente do Sintape, Adailton Melo, reconheceu o apoio de todos os que participaram da Audiência Pública na Alepe, no dia 14 de maio, e lotaram o recinto. O ato foi considerado como um dos mais expressivos registrados pela Casa. Foram sete deputados envolvidos. Mantida pela deputada Socorro Pimentel, apesar da segunda tentativa da bancada do Governo desmarcar o evento, a Audiência Pública reuniu

Teresa Leitão, Álvaro Porto, Priscila Krause, Augusto César, Júlio Cavalcanti e Rodrigo Novaes na defesa dos trabalhadores do IPA.

O apoio veio também da Associação dos Servidores da Emater do Rio Grande do Norte, com a presença de Edson Zumba; da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser), representada por Jonas de Castro; da Fetraf/PE, Fetape e de outras entidades de defesa dos trabalhadores do campo e da extensão rural no Estado. Companheiros ligados a movimentos de pescadores, do MST e outros tantos, além da participação de vereadores de alguns municípios pernambucanos. O depoimento de Socorro Pimentel e demais deputados sobre o compromisso de comprar a luta em defesa do IPA e seus trabalhadores, foi o que todos queriam ouvir. “A promessa de diálogo para pressionar o Governo do Estado, é uma luz que acende as expectativas de que a luta não está sendo e nem será em vão”,

ressaltou o diretor do sindicato, Antônio Angelim.

AS MOBILIZAÇÕES

Até conseguir a Audiência Pública para discutir a situação do IPA e seus trabalhadores, o Sintape trilhou sobre todas as possibilidades em busca de apoio. Conversou com deputados, vereadores e ganhou apoio até de prefeitos, a exemplo da prefeita de São Bento do Una, que aderiu às mobilizações em redes sociais e via contato direto, promovida pelo sindicato e os servidores e empregados do IPA. Com a hashtag #salvemolPA, a entidade sindical conseguiu mobilizar por dias, pesquisadores, extensionistas rurais, agricultores e a população em geral. Muitos enviaram fotos, vídeos e depoimentos sobre a importância da entidade para a Agricultura Familiar no Estado, que foram postados nas mídias do Sintape. A imprensa divulgou amplamente o caso.

A TRISTE REALIDADE DO IPA

Dados coletados pelo Sintape, confirmam que os investimentos

no IPA vêm diminuindo cerca de 30% a cada ano, impactando na pesquisa, extensão rural e infraestrutura dos recursos hídricos. Milhares de famílias são afetadas. A diminuição gradual tem refletido na execução de ações que visam o fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado. Também reflete na questão salarial. Os trabalhadores estão sem reposição há quatro anos, amargando uma defasagem de mais de 23% de perdas, sem contar que 10% dos empregados ganham um salário-base abaixo do salário mínimo. O sindicato, porém, não está omissa, e vem lutando para mudar este quadro. As mobilizações foram uma prova disso. Já a omissão do Governo Estadual é observada nas mais de 180 unidades do IPA espalhadas pelo interior que funcionam em situações precárias, sem a menor condição de oferecer trabalho digno aos pesquisadores e extensionistas. Sem contar a falta de pessoal para dar conta do trabalho, e por isso, o sindicato pede a realização de CONCURSO PÚBLICO JÁ!

Por maioria, trabalhadores do IPA e Perpart aceitam proposta dos ACTs

Por 32 votos favoráveis, cinco contra e sete abstenções, os servidores e empregados do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na manhã do dia 07 de junho, a proposta do governo para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) referente à pauta de 2017, cuja data-base é 1º de setembro. Com a aprovação, os trabalhadores receberão o que foi estipulado na negociação com retroativo a setembro do ano passado. Na Perpart, a maioria também concordou, em assembleia no dia 11 de abril, com a proposta do Governo para o ACT do ano de 2017.

Os ACTs asseguram aos trabalhadores os seguintes pontos:

IPA

1. A Cláusula referente ao Reajuste Salarial e ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) fica com a seguinte redação:

1.1. Os eventuais reajustes salariais relativos ao período de 1º de setembro de 2014 à 31 de agosto de 2017, serão negociados na data-base de 2018 ou, oportunamente, tão logo haja o restabelecimento do equilíbrio financeiro do Poder Executivo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

1.2. Alternativamente à negociação ínsita no subitem anterior, nas mesmas condições e oportunidades ali definidas, as partes acordantes poderão vir discutir temas relacionados ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários, de sorte a contemplar os eventuais reajustes mencionados;

2. Adicional de insalubridade: manter a cláusula e acrescentar que o IPA fará o pagamento do referido adicional no prazo de 30 dias, após o parecer da Segurança



do Trabalho;

3. As Cláusulas referentes aos auxílios Funeral, Dependentes deficientes físicos e Custeio de Material Escolar, terão um reajuste de 2,54% e incluir que os dependentes que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino infantil, também tenham direito ao custeio do material escolar;

4. O Ticket Refeição ou Alimentação passará para o valor facial de R\$ 20,00, totalizando R\$ 440,00 ao mês;

5. Jornada do Estudante: manter a redação anterior e acrescentar que o IPA flexibilizará o horário de expediente do empregado de maneira a atender a carga horária, de estágio obrigatório, exigida pelo curso, devidamente comprovada por grade curricular;

6. Auxílio Creche ou Educação: será reajustado para o valor mensal de R\$ 300,00;

7. Que todas as cláusulas acordadas com repercussão financeira tenham efeito retroativo a 1º de setembro de 2017, ficando também as demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, com as modificações negociadas da data-base 2017, convalidadas até 31 de agosto de 2018.

PERPART

1. A Cláusula referente ao Reajuste Salarial fica com a seguinte redação:

1.1. Os eventuais reajustes salariais relativos ao período de 1º de setembro de 2014 à 31 de agosto de 2017, serão negociados na data-base de 2018 ou, oportunamente, tão logo haja o restabelecimento do equilíbrio financeiro do Poder Executivo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

1.2. Alternativamente à negociação ínsita no subitem anterior, nas mesmas condições e oportunidades ali definidas;

2. Em relação ao PCCS, tão logo haja o reestabelecimento do equilíbrio financeiro do Poder Executivo Estadual as partes discutirão possível implantação da primeira e segunda etapas de enquadramento, produto do estudo de Plano de Cargos, Carreiras e Salários, elaborado por comissão paritária instituída no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT anterior;

3. As Cláusulas referentes aos auxílios Funeral, Seguro de Vida, Dependentes deficientes físicos, terão um reajuste de 2,45%;

4. O Ticket Refeição ou Alimentação passará, com valor facial unitário de R\$ 16,75 (dezesseis reais e setenta e cinco centavos) a partir de 01/09/2017, corrigido posteriormente para o valor facial

unitário de R\$ 20,00 (vinte reais), a partir de 01/11/2017;

5. As Cláusulas referentes ao Auxílio Creche ou Educação, Custeio de Material Escolar: serão reajustadas para o valor mensal de R\$ 312,91;

6. Que todas as cláusulas acordadas com repercussão financeira tenham efeito retroativo a 1º de setembro de 2017, ficando também as demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, com as modificações negociadas da data-base 2017, convalidadas até 31 de agosto de 2018.

TAXA ASSISTENCIAL

Nas referidas assembleias, ficou acertado que após o fechamento dos Acordos Coletivos de Trabalho será descontado a taxa assistencial, no percentual de 2%, como consta nos ACTs. O empregado que não concordar, pode solicitar por escrito, em até 10 dias, em não realizar o desconto na folha. A diretoria do Sintape ressalta a importância dessa contribuição e da concordância dos trabalhadores em pagá-la para a continuidade do sindicato, uma vez que com a retirada do imposto sindical, a entidade teve uma perda de arrecadação significativa, correndo o risco de reduzir sua atuação na defesa dos trabalhadores e até mesmo o seu fechamento.

Governo assina liberação do Aiaca para servidores e empregados da CPRH

Assinatura aconteceu graças à pressão do Sintape e dos trabalhadores da autarquia. Autorização foi divulgada no DO de 10/05/2018.

A pressão do Sintape e dos servidores e empregados da Agência Estadual do Meio Ambiente (CPRH) surtiu efeito. Após a paralisação de advertência por 24 horas, na quinta-feira, 03/05, com ameaça de greve geral, o Governo do estado decidiu assinar a liberação do Auxílio Incentivo às Atividades de Controle Ambiental (Aiaca) para os trabalhadores da autarquia. A autorização foi publicada no Diário Oficial no dia 10 de maio.

“Foi uma grande conquista para a categoria. A partir de agora ela terá um incremento significativo mensal na folha, com a distribuição do Auxílio. O sindicato esteve na luta em defesa deste o Auxílio desde 2016, quando o Governo garantiu o direito aos trabalhadores de recebê-lo. Direito este, conquistado depois de

uma greve dos funcionários da instituição. Todos estão de parabéns”, elogiou o presidente do sindicato, Adailton Melo.

Na semana anterior, os servidores e empregados da CPRH paralisaram os serviços das unidades da Agência em todo o Estado, em repúdio ao retardamento da assinatura da liberação do Aiaca. O ato chamou a atenção da imprensa e da sociedade em geral. Na ocasião, os trabalhadores decidiram que, caso o Governo não assinasse, ampliariam as mobilizações, com possibilidade de cruzar os braços por tempo indeterminado.

O AIACA: como surgiu?

Surgiu a partir da desvalorização sistemática do corpo funcional da CPRH, por exemplo, no percentual

acumulado em perdas salariais ao longo dos anos, pois a última conquista salarial obtida pela categoria era de 08 de outubro de 2013 (Lei Complementar nº 246) e que até então, mais de 03 anos, mais nada aconteceu para valorizar as carreiras desses servidores e empregados.

Em dezembro de 2016 foi formada uma Comissão com funcionários CPRH, que foi responsável pela elaboração da minuta do decreto visando a Concessão do Auxílio Incentivo às Atividades de Controle Ambiental aos servidores e funcionários da CPRH.

A minuta elaborada, foi enviada para o setor jurídico da CPRH para análise. O próximo passo foi enviar à SAD, Casa Civil e Alepe para análises jurídicas, e assim chegando a aprovação do Decreto.

Em abril de 2017 o decreto regulamentando o Aiaca foi aprovado. O Decreto que regulamenta o auxílio Incentivo é o 44.514, de 31 de maio de 2017. De início, o decreto de concessão ao AIACA era em forma de pagamento valor fixo.

Com o passar das negociações do ano de 2017, após realização de reuniões entre a CPRH, o Sindicato e a devida aprovação da categoria em assembleia geral, foi solicitada a alteração do decreto de concessão do pagamento do AIACA fosse de forma variável.

Em maio de 2018 o decreto sob número 45990 de 09/05/2018 é assinado pelo governador do estado autoriza o pagamento do AIACA, com valor mensal individual de forma variável, publicado no DOE - PE em 10 mai 2018.



ARTIGO

Ademir Damião Amorim dos Santos (*)

Meio ambiente e o caminho para sustentabilidade

ADEMIR DAMIÃO

No mês de junho se celebrou “O Mês do Meio Ambiente”, já que no dia 05 de junho é intitulado como “O Dia Mundial do Meio Ambiente”, nos levando a necessidade de efetuar reflexão sobre como o ser humano de modo geral vem se relacionando com o meio ambiente e como vem sofrendo os efeitos de suas próprias ações diante a problemática ambiental da atualidade.

Apesar de ser uma frase de efeito, torna-se importante repetir que “todo dia deve ser Dia do Meio Ambiente”, logo a preocupação ambiental não pode ser parte da agenda da sociedade só no mês de junho de cada ano, cabendo analisar regularmente as práticas humanas e seus efeitos positivos negativos nos recursos naturais.

Esta análise é fundamental, pois vivemos numa sociedade cujos problemas relacionados ao meio ambiente se encontram em limite crítico tanto do ponto de vista local como globalmente, verificando-se problemas como poluição de recurso hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos, falta de água em diversos locais e regiões acelerando a problemática da desertificação, desmatamento, queimadas, aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, entre outros problemas.

Apesar do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 indica que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem

de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, verifica-se que tal situação não ocorre na prática, pois os mais pobres e excluídos sociais são os que mais sofrem os efeitos negativos dos problemas ambientais.

Esta situação continua cada vez mais presente nos dias atuais tanto no Brasil como no mundo, demonstrando que o alerta da Agenda 21, elaborada na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92) não surtiu efeito desejado, mantendo-se as condições ali apontadas, que diz; “A pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente relacionados. Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios”.

A definição utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e em documentos oficiais do governo brasileiro indica que

o “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades”, mostrando que há uma longa caminhada para alcançar tal tipo de desenvolvimento, pois não podemos falar em sustentabilidade sem rever as práticas atuais de um consumo irracional e o consequente uso exagerado dos recursos naturais e destruição da biodiversidade.

Os objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável dependem, portanto, de mudanças de práticas, buscando consolidar a ideia de que o SER é mais importante do que o TER, através da avaliação de práticas desnecessárias de consumo, melhoria da qualidade de vida para todos seres humanos, relação harmônica com o meio ambiente, superando discriminações, das desigualdades e da exclusão social. Não se pode esquecer que o atual estágio de insustentabilidade vivenciado no planeta se encontra diretamente relacionado aos efeitos nocivos do capitalismo, o qual aumenta as barreiras econômicas e sociais, salientando que a construção de agendas voltadas ao desenvolvimento sustentável, como é o caso da Agenda 2030 da ONU só se concretizará se a humanidade buscar caminhos diferentes ao da globalização da economia, bem

como mudar hábitos e costumes, buscar o uso de tecnologias novas e limpas para geração de produtos, respeitando a legislação ambiental com fortalecimento os órgãos de controle ambiental, realizando efetivo trabalho de educação ambiental (e não ações pontuais), garantindo a participação popular e o controle social nas gestões ambientais (como nos casos de conferências e conselhos de meio ambiente) além de garantir o pluralismo nas diversas relações humanas.

Neste contexto, compreendemos que centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais devem fortalecer a luta em prol da sustentabilidade, incluindo as questões ambientais em suas pautas de lutas em busca de uma sociedade mais justa e fraterna, assim como lutando por participação ativa nos espaços de discussão das gestões ambientais com a sociedade (conferências, conselhos de meio ambiente, entre outras).

Finalizando, observa-se que o desenvolvimento sustentável só será alcançado caso os seres humanos revejam sua opção errônea referente às questões sociais, econômicas, culturais, espaciais e ecológicas, o que se tornará possível se for evitada a apropriação desenfreada do meio ambiente, o que, certamente, facilitará imensamente que tenhamos uma sociedade sustentável no futuro bem próximo.

(*) Engenheiro, Mestre em Gestão e Políticas Ambientais, empregado público da CPRH e conselheiro titular do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema/PE) representando o Sintape.

#FILIE-SE AO SINTAPE

JUNTE-SE A NÓS NA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE SALÁRIOS E TRABALHO. FORTALEÇA NOSSA BASE.

FILIE-SE AO SINTAPE E FAÇA PARTE DE UMA CATEGORIA FORTE E UNIDA!

Assembleia aprova contas do Sintape

Assembleia de Prestação de Contas aconteceu no auditório do IPA e todos os registros contábeis foram apresentados aos presentes.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada dia 28 de março deste ano, no auditório Ruy Carlos do Rêgo Barros, na sede do IPA, os trabalhadores da base do sindicato aprovaram as contas da entidade sindical. A Prestação de Contas foi apresentada pelo diretor financeiro, Antônio Fonseca, com a participação da diretoria executiva do Sintape, num momento histórico para a categoria.

O diretor Antônio Fonseca, apresentou por slides a receita do sindicato, com todas as despesas mensais e anuais da instituição. Os gastos relacionados

a pagamentos de funcionários, prestadores de serviços jurídicos, contábeis e de comunicação, despesas com compra de materiais, manutenção da sede e custos das atividades sindicais foram detalhadas pelo diretor.

O presidente do Sintape, Adailton Melo, destacou a importância da Assembleia para o conhecimento da categoria, ressaltando que a iniciativa comprova a transparência da gestão para com sua base. Após aprovadas, as contas ficarão disponibilizadas para o acesso de todos no site do sindicato e nas redes sociais. A diretoria



do Sintape também apresentará o documento com as despesas apresentadas, à base no interior

do Estado, na visita dos diretores às unidades do IPA.

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTAPE
CNPJ Nº 24.418.030/0001-80
BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE MARÇO 2018

ATIVO	402.259,26
CIRCULANTE	54.000,86
DISPONÍVEL	52.135,86
CAIXA	1.181,46
BANCO C/ MOVIMENTO	6.112,53
BANCO SANTANDER	6.112,53
BANCO DO BRASIL	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	44.838,87
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCO DO BRASIL	44.838,87
INVESTIMENTO C/ RESGATE AUTOMÁTICO (SANT)	0,00
DIREITOS A RECEBER	1.865,00
PERMANENTE	348.458,40
IMOBILIZADO	326.258,40
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.664,90
MOVEIS UTENSÍLIOS	4.492,00
VEÍCULOS	50.731,50
PRÉDIOS E BENFEITORIAS	264.370,00
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	22.000,00
PASSIVO	402.259,26
CIRCULANTE	0,00
FINANCIAMENTO	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	402.259,26
PATRIMÔNIO SOCIAL	408.301,82
EXERCÍCIO DO MÊS	-6.042,46
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31/03/2018	
RECEITAS OPERACIONAIS	93.101,57
CONTRIBUIÇÕES	91.526,90
RENDIMENTOS C/ APLICAÇÃO	294,67
OUTRAS RECEITAS	1.280,00
DESPESAS OPERACIONAIS	99.144,03
RESULTADO DO TRIMESTRE	-6.042,46

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTAPE
CNPJ Nº 24.418.030/0001-80
BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2017

ATIVO	408.501,82
CIRCULANTE	60.043,42
DISPONÍVEL	60.043,42
CAIXA	2.148,11
BANCO C/ MOVIMENTO	6.029,45
BANCO SANTANDER	5.771,87
INVESTIMENTO C/ RESGATE AUTOMÁTICO (SANT)	257,58
BANCO DO BRASIL	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.000,86
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCO DO BRASIL	50.000,86
CREDITOS	1.865,00
DIREITOS A RECEBER	1.865,00
PERMANENTE	348.458,40
IMOBILIZADO	326.258,40
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.664,90
MOVEIS UTENSÍLIOS	4.492,00
VEÍCULOS	50.731,50
PRÉDIOS E BENFEITORIAS	264.370,00
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	22.000,00
PASSIVO	408.501,82
CIRCULANTE	0,00
FINANCIAMENTO	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	408.501,82
PATRIMÔNIO SOCIAL	457.669,17
EXERCÍCIO DO ANO	-49.167,35
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31/12/2017	
RECEITAS OPERACIONAIS	530.584,17
CONTRIBUIÇÕES	511.321,79
RENDIMENTOS C/ APLICAÇÃO	15.340,37
OUTRAS RECEITAS	3.922,01
DESPESAS OPERACIONAIS	579.751,52
FUNDO DE RESERVA	-49.167,35

Krialhiano Montenegro dos Santos
Téc. Contábil - CRC/PE 0172190-1
CPF 028.524.594-71



**SINTAPE
EM AÇÃO**

6 meses de intensas mobilizações!

A agenda do Sintape no primeiro semestre deste ano foi marcada por intensas mobilizações e muitas atividades em defesa dos direitos de sua base. Protestos, assembleias, paralisações, negociações com o Governo, audiências no Ministério Público, audiência pública na Assembleia Legislativa, participação em mobilizações nacionais e em eventos fora do Estado foram algumas dos registrados neste período. Confirmam:

JANEIRO

Dia 12: Secretário de Agricultura, Wellington Batista, recebe diretoria do Sintape para discutir Campanha Salarial e PCCS do IPA;

Dia 15: Assembleia Geral no IPA, com a

participação do superintendente administrativo da instituição, Daniel Saboya, discute o problema do Plano de Saúde. Na ocasião, informou que entrou em contato com a Administradora do Plano, através da diretoria Administrativa da

Unimed Recife, com intuito de cobrar esclarecimentos sobre a proposta dos reajustes, solicitando uma reunião em caráter de urgência, mas como resposta obteve: "SE FOR PARA TRATAR DO AUMENTO DO PLANO, ISSO NÃO CONVER-

SAMOS COM O SINTAPE!"

Dia 17: Sintape realiza Assembleia na CPRH para tratar sobre o andamento das negociações da Pauta de Reivindicações da categoria com a SAD;

FEVEREIRO

Dia 05: Servidores da Apac decidem continuar com as mobilizações nas segundas-feiras do mês;

Dia 13: Sintape realiza Assembleia Geral Extraordinária no IPA;

Dia 15: Assembleia Geral com servidores e empregados da CPRH;

Dia 27: Em mediação, na SRTE, diretorias do IPA e Perpart atribuem à SAD, atraso nas negociações.

MARÇO

DIA 15: Sintape participa de ato na Alepe, reivindicando uma série de melhorias para o serviço público no Estado.

Protesto é realizado pelo Fórum dos Servidores Estaduais e a CUT-PE;
DIA 19: Assembleia Geral na CPRH para tratar da Campanha Salarial;
DIA 19: Sindicato realiza Assembleia na

Apac para tratar da Campanha Salarial;
DIA 23: Sintape realiza Assembleia com trabalhadores da CPRH, com deliberações;
DIA 28: Assembleia de Prestação de

Contas. Evento acontece no auditório do IPA. Contas são aprovadas.

ABRIL

DIA 03: Assembleia no IPA. Pauta: Campanha Salarial e Audiência Pública na Alepe;

DIA 03: Assembleia na Perpart discute andamento das negociações. Trabalhadores ameaçam greve;

DIA 04: Sintape realiza Assembleia na CPRH e discute reunião na SAD;

DIA 11: Assembleia na Perpart. Trabalhadores aceitam proposta de negociação apresentada pela empresa, referente à data-base de 2017;

DIA 11: Empregados do IPA definem encaminhamentos em Assembleia, deliberam pela rejeição da proposta do governo;

DIA 13: Sindicato visita gabinete do deputado Claudiano Martins, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural na Alepe;

DIA 16: Prefeita de São Bento do Una, Débora Almeida, declara apoio aos Extensionistas e Pesquisadores do IPA;

DIA 18: Através da hashtag '#Salvemol-PA' muitos companheiros do Instituto e pessoas solidárias com a sobrevivência

do IPA, aderem à campanha do sindicato;

DIA 19: Sintape recebe apoio da Fetraf/PE e lideranças sindicais que representam agricultores no Estado;

DIAS 19 a 21: Diretores do Sintape fazem panfletagem e adesivagem na 19ª Expoleite para denunciar a situação precária do IPA;

DIA 23: Deputada Socorro Pimentel recebe diretoria do Sintape para tratar situação do IPA;

DIA 24: Realizada Assembleia na APAC. Na pauta: reivindicações da categoria para data data-base 2018;

DIA 25: Assembleia com funcionários da CPRH. A pauta discute aprovação das reivindicações da categoria para a data-base 2018 e trata do Decreto do AIACA;

DIA 25: Priscila Krause recebe diretoria do Sintape e ouve reivindicações sobre a situação do IPA.

MAIO

DIA 03: Servidores e empregados da CPRH aderem à paralisação. Serviços em 163 municípios pernambucanos ficaram parados. A paralisação pede a assinatura da liberação do AIACA;

DIA 10: Governo assina liberação do AIACA para servidores e empregados da CPRH, depois da pressão dos trabalhadores e sindicato;

DIA 14: Audiência Pública sobre o IPA na Alepe marca luta do sindicato e dos trabalhadores da instituição;

DIA 29: Atendendo a pedido do presidente do Sintape, Adailton Melo, a presidência do IPA decide abonar as faltas dos servidores e empregados da instituição na greve dos caminhoneiros.

JUNHO

DIA 05: Diretoria do Sintape realiza Assembleia Geral na CPRH. AIACA é um dos pontos discutidos;

DIA 07: Por 32 votos favoráveis, cinco contra e sete abstenções, os servidores e empregados do IPA aprovam ACT 2017;

DIA 14: Assembleia Geral é realizada na CPRH para tratar do AIACA e outros assuntos;
DIAS 18 a 21: O presidente do sindicato, Adailton Melo, e o diretor de Formação

Sindical, Aminadable Moreira participam em Minas Gerais de Oficina de elaboração de Plano Nacional de Formação Sindical dos trabalhadores da ATER.